



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1357

## **“A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL” DE CARLOS NELSON COUTINHO E A REESTRUTURAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Guilherme Tadeu de Paula (UEM)<sup>1</sup>  
Vanessa Alves Bertolleti (UNESPAR)<sup>2</sup>

**Resumo:** Poucos textos tiveram tanta relevância e influência no debate público de ideias que tomou o Brasil no período de reestruturação da esquerda no processo de redemocratização do país quanto o hoje clássico “A democracia como valor universal” do gramsciano Carlos Nelson Coutinho. Como tratou-se de um trabalho catalisador de dissidências e debates desde a sua publicação, em 1979, este estudo percorrerá um itinerário para compreendê-lo em duas dimensões: 1) a compreensão do conteúdo do ensaio, inscrevendo a leitura no período em que se situou sua produção, ou seja, no processo de organização da redemocratização que o país passaria nos anos seguintes - após duas décadas de governo civil-militar no poder; 2) a recepção que este teve nos ambientes da esquerda naquele contexto, uma vez que uma das chaves analíticas de Coutinho foi a exploração teórica e, conseqüentemente, programática, da associação entre socialismo e democracia. Como parte deste itinerário analítico e metodológico, passaremos, conseqüentemente, pela própria discussão de hegemonia proposta pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, principal inspirador do texto que nos é mote, com o intuito de problematizar a democracia – compreendida em sua forma e conteúdo, como propõe Carlos Nelson Coutinho. A partir destes pressupostos analíticos, examinaremos os desdobramentos da recepção da proposta de Coutinho no rearranjo da esquerda brasileira na década de 1980, abordando a reconfiguração dos partidos políticos de tipo clássico – que naquele contexto de abertura política, puderam se organizar fora da clandestinidade, bem como os movimentos sociais de pautas específicas, que tiveram, no contexto da Constituinte, um dos seus momentos mais relevantes.

**Palavras-chave:** Carlos Nelson Coutinho; Gramsci; Democracia; Socialismo; Esquerda no Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor Assistente da Universidade Estadual de Maringá – Campus Goioerê.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/APUCARANA.

## **Introdução e Justificativas**

Neste trabalho, discutiremos um dos textos mais relevantes do pensamento político brasileiro, o clássico “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho. Este escrito, de caráter ensaístico, que foi publicado em 1979, foi síntese de noções que o pensador brasileiro reuniu ao longo de uma longa trajetória de formação, tema que tentaremos explorar nas linhas que se seguem.

A pesquisa dedicada à leitura e reflexão sobre tão influente obra se mostra necessária como parte da compreensão do processo político brasileiro, ainda hoje influenciado pelos desdobramentos do processo de redemocratização que o país experimentou no último quarto do século XX. Os estudos sobre as relações entre socialismo e democracia, mote básico da obra aqui analisada, ainda se encontram em estágio bastante primários quando o recorte delimita como objeto o caso brasileiro – um debate que a esquerda precisará travar nos próximos anos para poder explicar as limitações da democracia como forma, sobretudo após a experiência frustrante do Partido dos Trabalhadores no poder. Além disso, as reflexões da influência gramsciana para a compreensão e elaboração de uma estratégia política em um cenário de derrota bem como a herança do pensamento de Carlos Nelson para a explicação do “déficit” democrático brasileiro se mostram ainda sensivelmente atuais, o que também justifica a energia aqui dispensada.

## **Objetivos**

Neste texto, exploraremos a seguinte trajetória de exposição: primeiramente, empreenderemos uma compreensão exploratória da obra e seu conteúdo específico; depois, examinaremos a principal fonte teórica para a obra, a noção de hegemonia no pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci; mais adiante, desdobrando um pressuposto encaminhado pelo próprio Carlos Nelson Coutinho, compreenderemos aquilo que ele chama de “déficit democrático” do caso brasileiro, explorando, neste contexto, o debate da redemocratização; por fim, discorreremos sobre a recepção

que seu texto recebeu nos meios políticos da década que sucedeu a sua publicação – bem como as implicações que tais interpretações puderam suscitar.

## Resultados

A ideia de “democracia como valor universal”, proposta por Carlos Nelson Coutinho, deve ser pensada, antes de qualquer coisa, como um debate específico dentro da esquerda brasileira. Mais que isso, o ensaio debate em uma fileira específica da esquerda nacional: aquela que aspira uma transformação social radical revolucionária, ou, em outras palavras, o socialismo. Trata-se, portanto, de um debate especificamente colocado na tradição marxista/comunista do século XX. Partindo desse pressuposto, devemos entender que as fontes, referências, terminologias e o horizonte argumentativo do filósofo está toda marcada pelo pensamento marxista da política.

No entanto, o contexto político da esquerda mundial na data em que publica o texto, em 1979, coloca ainda um novo elemento chave nessa discussão: a questão do vínculo entre socialismo e democracia. É por ele que perpassa toda a argumentação sugerida por Carlos Nelson Coutinho. Não era para menos. O texto vem à público em um contexto em que os intelectuais mais independentes de esquerda de todo o planeta já haviam rompido com o “modelo soviético” justamente por suas limitações no que tange à forma de representação política. Por isso, inspirado pelas ideias eurocomunistas – sobretudo as italianas<sup>3</sup>, de Enrico Berlinguer, a quem Coutinho inclusive cita, a tarefa que se punha para a intelectualidade brasileira, sugeriu o autor aqui analisado, estaria em buscar o socialismo sem abrir mão da democracia – não como forma, mas como *valor*.

Para inscrever seus argumentos na própria tradição marxista política, Carlos Nelson cria uma longa trajetória analítica que se inicia nas próprias percepções de Marx e Engels em relação à política, passa pelo debate tradicional da social-democracia europeia de Rosa Luxemburgo e os bolcheviques e termina na crítica à ortodoxia dos Partidos Comunistas mais tradicionais subservientes ideologicamente

---

<sup>3</sup> Carlos Nelson Coutinho esteve exilado na Itália na década de 1970 onde testemunhou o intenso debate no interior do Partido Comunista Italiano. Foi justamente de Enrico Berlinguer que Coutinho elaborou a percepção de “valor universal da democracia”.

senão exatamente ao projeto socialista de Moscou, ao menos à percepção que este trazia da democracia. Para Coutinho, a democracia, compreendida como valor e não basicamente como um aparato de poder formalizado em instituições e regras do jogo político, trazia em si um potencial revolucionário em si mesma. Para ele, o socialismo não seria, portanto, um projeto que “superaria” a democracia como forma mais avançada, mas, na verdade, um desdobramento radical de um “valor” que ampliado e levado às últimas consequências, fatalmente condenaria a força que articula os valores mais antidemocráticos da sociedade: o capitalismo. Neste sentido, portanto, a democracia pensada como valor e conteúdo era uma superação não de um formato de poder propriamente dito, mas como um modo de produção material e reprodução de vida social.

Se é verdade que Marx escreveu que o “comunismo não tem pátria”, é inegável conceber que cada tradição de pensamento marxista trouxe particularidades específicas de contextos políticos e históricos em que se inseriu. Isso acabou por construir uma inegável heterogeneidade que na mesma medida que de um lado dispersou e, de outro, refinou a potencialidade do método marxista para discutir inúmeras questões. Não está no escopo deste trabalho traçar uma linha geral e tentar posicionar cada “linhagem” de pensamento marxista, mas, somente, atentar para o fato de que na Itália, o grupo teórico que se reuniu e tentou pensar a sociedade a partir de referenciais teóricos marxistas não poderia realizar tal tarefa sem lidar com a herança do pensamento de Antonio Gramsci.

Pela originalidade de suas ideias e pelos desdobramentos políticos tanto do Partido Comunista Italiano em meio à política italiana daquele contexto, quanto das limitações da União Soviética enquanto projeto de transformação social- que puseram as questões alertadas por Gramsci no centro do debate - o marxismo italiano se permitiu ter, desde a década de 1970, um certo grau de autonomia perante a ortodoxia soviética.

Para que compreendamos como a herança gramsciana permitiu que o PCI e depois Carlos Nelson Coutinho incorporassem a noção de “democracia como valor universal”, precisamos recorrer à mais célebre formulação do marxista da Sardenha: o conceito de hegemonia, tão citado e abordado nas teorias sociais e políticas de nosso tempo, mas quase nunca compreendido em sua dimensão total.

Recorremos a um estudo cuidadoso e crítico proposto pelo historiador inglês, Perry Anderson, que, ao analisar “as antinomias” de Gramsci, percorreu a história do conceito de hegemonia e atentou que antes de se tornar parte do vocabulário político do século XX ligado ao filósofo italiano, a noção já havia pautado debates na social-democracia russa desde os finais de 1908 até 1917, embora seja possível encontrar menções a essa construção ainda antes, em escritos de Plejanov, Martov e Axelrod. No entanto, foi apenas com Lênin em seu clássico “Que fazer?” que uma construção de uma argumentação de hegemonia vai aparecer de uma maneira mais “desenvolvida” e “eloquente”. Em linhas gerais, a conceituação aparecia como uma estratégia revolucionária de alianças, teorizando que o papel da classe operária durante uma revolução burguesa deveria ser o de dirigente, tendo predomínio ao longo do processo sobre classes aliadas. A hegemonia foi, por isso, um tema bastante caro aos revolucionários russos e teve bastante penetração na discussão do movimento comunista internacional. Com a Revolução de Outubro, o termo caiu em desuso como estratégia política russa, uma vez que o poder político estava efetivamente tomado, mas acabou por ganhar força na Internacional Comunista. Nos dois primeiros congressos da Terceira Internacional, o Comintern adotou em suas teses a noção leninista de hegemonia para ser levada adiante pelo movimento. Mais interessante aparece uma nuance que surge no quarto congresso, em 1922, quando pela primeira vez o termo hegemonia se estende à dominação burguesa sobre o proletariado.

Para Perry Anderson, estão menos nos textos de Plejanov, Martov, Axelrod ou mesmo Lênin as influências de Gramsci sobre a discussão anterior de hegemonia e mais nos textos, relatórios e documentos do Comintern. Com o italiano, o debate ganha uma riqueza inventiva e uma própria nova teoria revolucionária. O autor fez muito mais do que simplesmente transportar noções que apareceram íngremes nos debates internos do partido e organizá-las para melhor compreender a realidade italiana: ele mobilizou este aparato conceitual e, ao reformulá-lo, analisou, como um processo amplo e total, a derrota do movimento comunista no ocidente. Foi por isso que se tornou o teórico político imprescindível de toda a esquerda internacional desde então.

Há de se ressaltar que o autor italiano buscou estudar e fundar toda sua argumentação nas diferenças que uma estratégia política devia sustentar em relação

ao caso russo. Hoje, com o cadáver da Revolução de Outubro há anos devidamente sepultado, parece óbvio ressaltar as especificidades de uma situação que se mostrou impossível de ser repetida em outros contextos, mas acentuar isso na década imediatamente posterior à tomada de poder pelos soviéticos mostrou uma inestimável originalidade e liberdade de pensamento. Recusando as similitudes e as possíveis pontes analíticas de suas realidades sociais com a experiência bem sucedida no extremo leste europeu, Gramsci soube entender as riquezas das estratégias dos soviéticos em suas particularidades e pensou ser necessária, para o movimento recém-derrotado no Ocidente europeu, uma formulação totalmente original e, para tanto, a formulou. Não por acaso, por muitos anos, Gramsci foi um autor que causou bastante incômodo aos teóricos mais ortodoxos ligados a Moscou e sua sofisticada compreensão de pensar livre das fórmulas soviéticas anteviu um longo debate que toda esquerda mundial não conseguiu escapar por todo o século XX e ainda tateia no século XXI.

Em linhas gerais, é possível conceber a diferenciação chave que Gramsci vai empreender da estratégia política no Ocidente e no Oriente como uma leitura das relações entre o Estado e a Sociedade Civil presentes nestes contextos. Se no Oriente (no debate, o exemplo era a Rússia) a sociedade civil se apresenta de maneira “primitiva”, “gelatinosa” e muito pouco organizada, com o Estado tendo papel preponderante na organização da vida social e, por isso, uma estratégia de tomada de poder que implique o “assalto” - ou uma “guerra de movimento” – pode ser muito bem sucedida, no Ocidente, a realidade social se mostrava bastante diferente – o que poderia explicar o fracasso da estratégia revolucionária dos anos anteriores. No Ocidente, as relações entre Estado e Sociedade Civil passaram por outro desenvolvimento histórico que permitiram que aquele se visse, por muitas vezes, submetidos a essa. Essa sociedade civil não se mostrava primitiva, mas “robusta” e “desenvolvida”, enquanto o Estado desempenhava um papel “equilibrado” – o que significa dizer que este tem um papel menos preponderante na organização da vida social. Uma estratégia de tomada de poder que implicasse unicamente num “assalto” não seria bem sucedida e a “guerra de movimento” deveria dar lugar a uma “guerra de posição”, estratégia mais longa, que implicaria na constituição de uma contra-hegemonia, construindo um amplo apoio na sociedade civil que precedesse a própria “tomada” do poder e que pudesse pôr fim à

hegemonia da classe dominante, substituindo-a por uma hegemonia da classe trabalhadora.

A democracia “como valor” proposta pelos eurocomunistas italianos e incorporada para analisar o caso brasileiro no ensaio de Carlos Nelson Coutinho tem esses fundamentos estruturais. Ela deve ser pensada, antes de mais nada, como uma estratégia contra-hegemônica de longa duração. A “democratização” radical da sociedade implicaria em destruir as bases da estrutura que a antecedeu, sendo a única oportunidade possível em um contexto em que o “assalto ao poder” era uma impossibilidade tanto prática quanto estratégica.

Baiano de Itabuna, Carlos Nelson se formou em Filosofia na Universidade Federal da Bahia em 1965 e logo partiu para o Rio de Janeiro onde, desde a sua chegada, se estabeleceu como um dos mais importantes intelectuais brasileiros na análise cultural. Com menos de 30 anos, já havia publicado dois livros pela editora carioca Paz e Terra que o consolidaram como um dos principais expoentes do marxismo brasileiro: uma coletânea de ensaios em 1967 e o célebre *O estruturalismo e a miséria da razão*, em 1972. O contexto político brasileiro, no período mais repressivo da ditadura civil-militar que controlava o país, lhe obrigara a uma série de atitudes para driblar a repressão, como por exemplo, a criação de inúmeros pseudônimos a fim de publicar textos de análise política, literária e social. De 1964 a 1976, foi um ativo militante de resistência comunista ao golpe, sendo “um comunista disciplinado, mas nunca incondicional” (NETTO, 2012, p. 60). A severa repressão que sofreu o PCB em 1974 e 1975 levaram Coutinho ao exílio na Itália, onde, como vimos, teve contato fundamental para a elaboração do texto que aqui analisamos, Portugal e França, país que ficou até o final de 1978.

É neste contexto de exílio que Carlos Nelson Coutinho vai se debruçar, mais profundamente, sobre a realidade brasileira, tema que passou a ser um de seus maiores interesses pelo menos até o final da década de 1980. Segundo seu companheiro de Escola de Serviço Social na UFRJ e amigo pessoal até o fim da vida, José Paulo Netto, o intelectual iniciou ali um estudo aprofundado da economia política brasileira revisitando clássicos desta bibliografia específica como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e até mesmo Oliveira Vianna. Seu interesse por política, acentuado pela experiência intelectual nos debates do eurocomunismo italiano, e impulsionado

pelas disputas internas do PCB – partido que abandonaria apenas no contexto da reestruturação da esquerda na abertura política - em busca do significado da democracia.

Esse mergulho na ampla literatura sobre a trajetória política e social brasileira serviu de base para a síntese que Carlos Nelson propõe na segunda parte de seu ensaio, quando afirma a “tarefa democrática urgente e prioritária” que o povo brasileiro tem pela frente: “derrotar o regime de exceção” que estava estabelecido no país desde 1964 e, “com isso, construir um regime político que assegure as liberdades fundamentais” (COUTINHO, 1980). No entanto, devemos pensar a afirmação de Coutinho em duas direções: primeiro, que este “regime de exceção” não era o eixo de todas as desigualdades da política brasileira, mas, pelo contrário, o seu resultado; e depois, que as “liberdades fundamentais” eram fruto de um processo que superava os limites da democracia formal.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, o Brasil enfrentava uma “debilidade histórica da democracia”, expressa não só no sentido intelectual expresso no caráter conciliador do liberalismo brasileiro, mas na própria estrutura que fundamentava a relação entre Estado e sociedade civil: “o caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde a natureza amorfa e atomizada da segunda”. O intelectual comunista não tinha nenhuma ilusão: afirmava, com vigor, que era justamente esta característica “débil” da tradição democrática brasileira que inviabilizaria, durante aquele processo de reabertura política, qualquer “construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que” pudesse ultrapassar os limites do que ele chamou de “democracia liberal” (IDEM).

Portanto, a defesa da Democracia de Carlos Nelson Coutinho não era propriamente àquela como “forma”, ou a que ele chama de “democracia liberal”. Ao contrário, sua ideia de democratização perpassava uma ideia de revolução em longa duração, uma revolução comunista – o que significa dizer, fundamentalmente, o desmonte do tipo de acumulação por meio da propriedade privada. Seu debate fundamental em “defesa da democracia” é, portanto, no interior da discussão marxista, que, segundo, ele, aglutinava uma série de “correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática”, uma visão, segundo ele, muito limitada e mecânica da relação entre democracia política e dominação burguesa na teoria marxista do Estado. Esse erro teórico, ele



argumenta, se desdobra, num erro prático: “uma concepção equivocada das tarefas que se colocam ao conjunto das forças populares brasileiras” (IDEM).

Ao analisar, portanto, a “debilidade democrática” brasileira e compreender sem ilusões o contexto político da redemocratização, Carlos Nelson advoga que a tarefa das forças sociais brasileiras no início da década de 1980 deveria não se identificar como uma “luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação de pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo” (IDEM).

Se a “democracia liberal” era para Carlos Nelson Coutinho um projeto limitado e comprometido com uma percepção excludente de sociedade, a democracia deveria ser pensada, por socialistas, como mais do que um princípio tático, mas como um “valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade”.

Mais do que pensá-la no sentido abstrato da discussão, Carlos Nelson ainda estipula tarefas operacionais básicas para uma democracia que supere os limites liberais, pontuando que se refere a mecanismos de representação direta das massas, podendo atuar, desta maneira, dentro dos partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa, de bairro, entre outras as “posições”. Sua proposta é que a organização se estruture “de baixo para cima”, constituindo “sujeitos políticos coletivos” que possam produzir “uma síntese que – respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base – seja portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo” (IDEM).

Carlos Nelson é produto da tradição comunista heterodoxa do século XX e, desta maneira, se formou intelectualmente e se desenvolveu como pensador crítico na esteira das frustrações que o projeto soviético trouxe em sua aspiração de emancipar o homem para um novo tipo de sociedade. Por isso acentua que a “superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política” (IDEM). Sua estratégia é objetiva: ao contrário da artimanha burguesa, que se usa da neutralidade da burocracia estatal para obscurecer seu controle e domínio do Estado, as classes populares deveriam construir uma

candidatura à hegemonia de maneira aberta, democratizando todas as instâncias de poder da sociedade.

O ensaio “A democracia como valor universal”, publicado originalmente na Revista Encontros com a Civilização Brasileira em março de 1979, colocou o debate entre democracia e socialismo como questão fundamental da esquerda brasileira. O impacto foi imediato. Carlos Nelson Coutinho, considerado um grande intelectual cultural, passou a ser também reconhecido como pensador político. Sua recepção, porém, escapou das intenções originais do autor, amplamente exposta nos tópicos anteriores.

Como explica José Paulo Netto, que nunca escondeu do próprio amigo suas discordâncias em relação ao texto em questão, “o ensaio provocou frisson: enfim, dizia-se, um comunista rende-se aos valores democráticos; na esquerda, também ela heteróclita, armou-se uma polêmica que não se viu livre de equívocos” (IDEM, p.71). Para além do conteúdo, por questões referentes às contendas do debate interno da esquerda marxista, Netto se incomodou com o fato de que nos anos 1980, a má compreensão do texto de Coutinho serviu “a quase tudo e a quase todos”, inclusive tendo sido apropriada como “uma rendição ao liberal-democratismo burguês”, reivindicado por “marxistas de ocasião”, “ex-guerrilheiros convertidos ao credo da cidadania liberaloide”, ambientalistas que não faziam a relação entre exploração da natureza e capitalismo e até mesmo à promoção de ONGS, num contexto que deslocou o debate das políticas sociais na década de 1990 (IDEM, p.72).

O próprio Carlos Nelson Coutinho, mais tarde, admitiu o incômodo em relação às reações que o ensaio provocou. Segundo ele, é surpreendente que seu artigo tenha sido lido de maneira tão equivocada. “Nunca separei a democracia de socialismo e nem reduzi a democracia ao liberalismo. A democracia que nós, socialistas, queremos construir tem instituições que não fazem parte nem do arcabouço teórico nem da realidade dos regimes puramente liberais” (LEITE, 2002, P.2).

Do ponto de vista da reorganização da esquerda no período da redemocratização brasileira, é possível caminhar em duas direções: a primeira no sentido de que, de alguma maneira, a noção da democracia como um valor potencialmente libertador se tornou hegemônica na esquerda, não pensada isoladamente no caso brasileiro, mas em uma dimensão mais ampla,

compreendendo o longo processo de reestruturação política internacional com a derrocada do projeto soviético na década seguinte; em outra direção, ao incorporar elementos da democracia como valor em discurso, a democracia como forma serviu, muitas vezes, para afastar os ideais de esquerda do horizonte, perdendo o que há de fundamental na análise de Carlos Nelson Coutinho que acima tentamos esmiuçar – o que é, de certa maneira, o caso do PT, projeto que o filósofo abraçou no período de abertura política e depois rompeu, quando este chegou ao poder.

Depois de mais de três décadas, o ensaio “A democracia como valor universal” ainda marca uma postura relevante no debate específico para o qual foi escrito: o da relação entre socialismo e democracia. O fracasso do projeto da “nova esquerda” no poder no Brasil, a pequenez dos partidos revolucionários tradicionais, o profundo abismo que existe entre a forma que a democracia apresenta em nossos tempos e seu conteúdo pretensamente libertador e as necessidades incontornáveis de transformações sociais mais substantivas impõem a revisita às questões sintetizadas naquele artigo de 1979. Não por acaso, até sua morte, em setembro de 2012, Carlos Nelson Coutinho foi frequentemente indagado sobre o seu célebre escrito, um artigo escrito sobre e para um contexto específico, mas que sua força analítica e os desdobramentos da história transformaram num clássico.

## Referências

ANDERSON, P. **Las Antinomias de Antonio Gramsci**: Estado y revolución en Occidente. Editorial Fontamara: Barcelona, 1981.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, J. C. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho. In: **Revista Teoria e Debate**. Ed: 51, jun/jul. 2002.

NETTO, J. P. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. [S.l.] Expressão Popular, 2012, p. 51 – 83.